

FIDELIDADE – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Sede: Largo do Calhariz, 30, 1249-001 Lisboa

Número de matrícula na C.R.C. de Lisboa e de identificação de pessoa coletiva: 500 918 880

Capital social: € 381.150.000,00

**ANÚNCIO PRELIMINAR DE LANÇAMENTO DE
OFERTA PÚBLICA CONCORRENTE GERAL DE AQUISIÇÃO DAS AÇÕES REPRESENTATIVAS
DO CAPITAL SOCIAL DA ESPÍRITO SANTO SAÚDE, S.G.P.S., S.A.**

Nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 175.º, 176.º e 185.º do Código dos Valores Mobiliários (“Cód.VM”), torna-se pública a decisão de lançamento pela FIDELIDADE – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. (adiante designada de “**Oferente**”), de uma oferta pública geral e voluntária sobre as ações representativas do capital social da Espírito Santo Saúde, S.G.P.S., S.A., que constitui uma oferta pública concorrente (adiante designada de “**Oferta Concorrente**”) em relação (i) à oferta pública lançada pelo Grupo Ángeles Servicios de Salud, S.A. de CV e objeto de registo no dia 19 de setembro de 2014 (adiante designada de “**Oferta Inicial**”) e (ii) à oferta pública preliminarmente anunciada pela José de Mello Saúde, S.A. a 11 de setembro de 2014 (adiante designada de “**Oferta Concorrente Antecedente**”) (no seu conjunto adiante designadas de “**Ofertas Antecedentes**”), nos termos e condições constantes do presente Anúncio Preliminar e dos demais documentos da presente Oferta Concorrente:

1. A Oferente é a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., com sede no Largo do Calhariz, 30, 1249-001 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 500 918 880 e com o capital social integralmente realizado de € 381.150.000,00 (adiante designada de “**Fidelidade**”) e/ou uma ou mais sociedades, com sede em Portugal ou no estrangeiro, já constituídas ou a constituir, em relação de domínio ou de grupo com a Fidelidade nos termos do artigo 21.º do Cód.VM, e que a Fidelidade venha a indicar como adquirente(s) das Ações tal como *infra* definidas, na sua totalidade, ou em parte conjuntamente com a Fidelidade (adiante designadas por “**Oferente**”).
2. A sociedade visada pela presente Oferta Concorrente é a Espírito Santo Saúde, S.G.P.S., S.A. sociedade aberta com sede na Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, Edifício Amoreiras Square, 17-9.º, Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 504 885 367 e com o capital social integralmente realizado de € 95.542.254,00 (adiante designada “**Sociedade Visada**”).

1



3. O intermediário financeiro representante da Oferente e encarregado da assistência à presente Oferta Concorrente, nos termos e para os efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 113.º e ainda da alínea e) do n.º 1 do artigo 176.º, ambos do Cód.VM, designado para a prestação dos serviços necessários à preparação, lançamento e execução da presente Oferta Concorrente é o Banco Finantia, S.A., com sede na Rua General Firmino Miguel, n.º. 5 - 1.º Piso, 1600-100 Lisboa, com o capital social integralmente realizado de € 150.000.000,00, sociedade matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de pessoa coletiva e de matrícula 501 897 020 (adiante designado de **"Finantia"** ou **"Intermediário Financeiro"**).
4. Os valores mobiliários objeto da Oferta Concorrente são as ações ordinárias, com o valor nominal de € 1,00 (um Euro) cada, representativas da totalidade do capital social e direitos de voto da Sociedade Visada, com exclusão das que sejam diretamente detidas pela Oferente e por pessoas que, estando com ela em alguma das situações previstas no n.º 1 do artigo 20.º do Cód.VM, procedam ao respetivo bloqueio durante o prazo da presente Oferta Concorrente (adiante designadas por **"Ações"**). As Ações encontram-se admitidas à negociação no mercado regulamentado gerido pela Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A. (adiante designada de **"Euronext Lisbon"**).
5. A contrapartida oferecida, a pagar em numerário, é de € 4.72 (quatro euros e setenta e dois cêntimos) por cada Ação, deduzido de qualquer montante (ilíquido) que venha a ser atribuído a cada Ação, seja a título de dividendos, de adiantamento sobre lucros de exercício ou de distribuição de reservas, fazendo-se tal dedução a partir do momento em que o direito ao montante em questão tenha sido destacado das Ações e se tal ocorrer antes da liquidação financeira da Oferta Concorrente.
6. A contrapartida oferecida, além de respeitar o disposto no número no n.º 1 do artigo 188.º do Cód.VM, apresenta:
 - (i) um prémio de cerca de 30,69% em relação ao preço médio ponderado das Ações da Sociedade Visada no mercado regulamentado da Euronext Lisbon, nos seis meses anteriores ao anúncio preliminar da Oferta Inicial, o qual é de € 3,61 (três euros e sessenta e um cêntimos) por Ação;
 - (ii) um prémio de cerca de 17,86% em relação ao preço médio ponderado das Ações da Sociedade Visada no mercado regulamentado da Euronext Lisbon, nos seis meses anteriores ao presente Anúncio Preliminar, o qual é de € 4,00 (quatro euros) por Ação;
 - (iii) um prémio de cerca de 47,50% em relação ao preço da oferta pública de distribuição de Ações da Sociedade Visada concluída em 12 de fevereiro de 2014, o qual foi de € 3,20 (três euros e vinte cêntimos) por Ação.

 
2 



7. A Oferta Concorrente apresenta, além disso, uma contrapartida superior em cerca de 4,89% à contrapartida de € 4,50 (quatro euros e cinquenta cêntimos) proposta na Oferta Inicial, cumprindo o disposto no n.º 5 do artigo 185.º do Cód.VM.
8. Tanto quanto é do conhecimento da Oferente, a Sociedade Visada não tem emitidos quaisquer outros valores mobiliários da natureza dos referidos no n.º 1 do artigo 187.º do Cód.VM.
9. A Oferta Concorrente é geral e voluntária, obrigando-se a Oferente, nos termos e condições previstos neste Anúncio Preliminar e nos demais documentos da Oferta Concorrente, a adquirir todas as Ações que forem objeto de válida aceitação.
10. Apenas poderão ser objeto de aceitação as Ações que, na data de encerramento da Oferta Concorrente, se encontrem integralmente realizadas, com todos os direitos inerentes e livres de quaisquer ónus, encargos e responsabilidades, bem como de quaisquer limitações ou vinculações, nomeadamente quanto aos respetivos direitos patrimoniais e/ou sociais ou à sua transmissibilidade.
11. A aceitação da Oferta Concorrente pelos seus destinatários fica submetida ao cumprimento dos respetivos requisitos legais e regulamentares, incluindo os constantes de lei estrangeira, quando os destinatários da Oferta Concorrente a ela estejam sujeitos.
12. São imputáveis à Oferente, diretamente e nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do Cód.VM, direitos de voto correspondentes a 1.504 (mil quinhentos e quatro) Ações representativas de 0,0016% (zero vírgula zero zero dezasseis por cento) do capital social da Sociedade Visada.
13. Tanto quanto é do melhor conhecimento da Oferente, nos seis meses imediatamente anteriores à data da publicação do presente Anúncio Preliminar não se verificaram quaisquer transações de Ações a preço superior ao valor da contrapartida proposta, nem por parte da Oferente nem de quaisquer pessoas que com ela estão em qualquer das situações previstas no n.º 1 do artigo 20.º do Cód.VM.
14. A Oferente tenciona manter a atividade empresarial desenvolvida pela Sociedade Visada e pelas sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo (ao abrigo do artigo 21.º do Cód.VM), mantendo as grandes linhas estratégicas definidas pelo Conselho de Administração da Sociedade Visada e apoiando a expansão da atividade. A Oferente entende que a presente Oferta Concorrente poderá trazer sinergias e valor acrescentado para o grupo de que a Oferente faz parte.
15. O lançamento da Oferta Concorrente encontra-se sujeito:

 3 



- (i) À obtenção do registo prévio da Oferta Concorrente junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (adiante designada por “CMVM”) nos termos do n.º 2 do artigo 114.º do Cód.VM;
- (ii) À obtenção de consentimento ou declaração de não oposição, sem condições, por parte do Estado Português, representado pelo Ministério da Saúde e pela Administração Regional da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P., para a alteração do domínio da sociedade SGHL - Sociedade Gestora do Hospital de Loures, S.A. e da sociedade HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A., por via da modificação da titularidade indireta das ações representativas do capital social.

A Oferente está ciente que a condição referida no parágrafo antecedente terá que se encontrar verificada até à data do registo da Oferta Concorrente.

16. A eficácia da Oferta Concorrente ficará condicionada à verificação da seguinte condição:
- (i) Até à data e em resultado da liquidação física e financeira da Oferta Concorrente, a Oferente se torne titular de, ou lhe sejam imputados nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do Cód.VM, pelo menos, 50,01% (cinquenta vírgula zero um por cento) das Ações representativas do capital social e dos direitos de voto da Sociedade Visada.
17. Nos termos do n.º 1, alínea a) e n.º 2 do artigo 189.º do Cód.VM, a Oferente beneficiará da derrogação do dever de lançamento de uma oferta pública de aquisição em caso de sucesso da Oferta Concorrente, uma vez que esta é geral e cumpre, na presente data, os requisitos relativos à contrapartida mínima previstos no artigo 188.º do Cód.VM para as ofertas obrigatórias. Comprovados estes pressupostos, e desde que a Oferente e/ou as entidades que com ela se encontram em alguma das situações previstas no artigo 20.º do Cód.VM não adquiram Ações a preço superior à contrapartida da Oferta Concorrente até ao termo desta, a CMVM deverá emitir a declaração prevista no n.º 2 do artigo 189.º do Cód.VM mediante requerimento da Oferente na sequência da Oferta Concorrente, nos termos do disposto no artigo 16.º do Regulamento da CMVM n.º 3/2006.
18. No que respeita à não oposição da Autoridade da Concorrência, a Oferente pondera fazer uso da faculdade prevista no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio (Regime Jurídico da Concorrência), que permite a realização de uma oferta pública de compra ou de troca antes da Autoridade da Concorrência se pronunciar, desde que o adquirente não exerça os direitos de voto inerentes às participações em causa até que uma decisão de não oposição seja tomada ou os exerça antes de tal decisão apenas tendo em vista proteger o pleno valor do seu investimento com base em derrogação da obrigação de suspensão concedida pela referida autoridade.
19. Para os devidos efeitos, e designadamente do disposto no artigo 128.º do Cód.VM, a Oferente declara que a decisão de lançamento da Oferta Concorrente se fundou no



pressuposto de que, entre a presente data e o termo do prazo da Oferta Concorrente, não ocorrerá qualquer das seguintes circunstâncias com impacto significativo na situação patrimonial, económica e financeira da Sociedade Visada, vista em termos consolidados:

- a) A adoção, sem o acordo prévio da Oferente, de deliberações pelos órgãos competentes da Sociedade Visada ou de sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (ao abrigo do artigo 21.º do Cód.VM) que aprovem:
- (i) emissões de ações ou outros valores mobiliários, que confirmem direito à subscrição ou aquisição de Ações representativas do capital social da Sociedade Visada, por esta ou por sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (ao abrigo do artigo 21.º do Cód.VM);
 - (ii) emissões de valores mobiliários representativos de dívida, pela Sociedade Visada ou por sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (ao abrigo do artigo 21.º do Cód.VM), de valor superior a €12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil euros);
 - (iii) emissões de quaisquer outros tipos de valores mobiliários por sociedades em relação de domínio ou de grupo (ao abrigo do artigo 21.º do Cód.VM) com a Sociedade Visada de valor superior a €12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil euros);
 - (iv) a dissolução, transformação, fusão ou cisão ou quaisquer outras alterações de estatutos da Sociedade Visada ou de sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (ao abrigo do artigo 21.º do Cód.VM);
 - (v) qualquer distribuição de bens a acionistas pela Sociedade Visada;
 - (vi) a amortização ou extinção, por outra via, de Ações da Sociedade Visada;
 - (vii) a aquisição, alienação ou oneração, bem como promessa de aquisição, alienação ou oneração de ações da Sociedade Visada ou de sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (ao abrigo do artigo 21.º do Cód.VM);
 - (viii) a aquisição, alienação ou oneração, bem como promessa de aquisição, alienação ou oneração de outras participações sociais, da Sociedade Visada ou de sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (ao abrigo do artigo 21.º do Cód.VM);

5
Ret



- (ix) a aquisição, alienação ou oneração, bem como promessa de aquisição, alienação, ou oneração de ativos de valor superior a €1.250.000,00 (um milhão e duzentos e cinquenta mil euros) da, ou pela, Sociedade Visada ou de, ou por, sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (ao abrigo do artigo 21.º do Cód.VM), incluindo trespasse ou cessão, ou promessa de trespasse ou cessão da titularidade, ou assunção de compromissos de alienação ou cedência de tais ativos, salvo se para cumprimento de obrigações contraídas até à presente data e que sejam do conhecimento público;
- b) O preenchimento de vagas nos órgãos sociais da Sociedade Visada, sem acautelar que a destituição sem justa causa dos designados possa ocorrer mediante uma indemnização cujo montante não exceda a respetiva remuneração anual;
- c) A destituição de outros membros dos órgãos sociais da Sociedade Visada ou de sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (ao abrigo do artigo 21.º do Cód.VM), tendo como consequência o pagamento de indemnizações superiores ao das respetivas remunerações vincendas até ao que seria o termo por caducidade dos seus mandatos;
- d) O aumento da remuneração global dos titulares de cada um dos órgãos sociais da Sociedade Visada, ou de sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (ao abrigo do artigo 21.º do Cód.VM) para os anos de 2014 e subsequentes, para um valor superior ao da remuneração global dos titulares dos mesmos órgãos no exercício de 2013, salvo um aumento anual não superior a 5% (cinco por cento);
- e) A prática de quaisquer atos, pela Sociedade Visada, ou por sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (ao abrigo do artigo 21.º do Cód.VM) que não se reconduzam à respetiva gestão normal, ou que consubstanciem inobservância do dever de neutralidade do órgão de administração previsto no artigo 182.º do Cód.VM, designadamente a adoção de medidas de efeito defensivo em relação à Oferta Concorrente e a alienação de Ações próprias, quer na Oferta Concorrente, quer a terceiros, sem o consentimento da Oferente;
- f) A prática ou abstenção, pela Sociedade Visada ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo (ao abrigo do artigo 21.º do Cód.VM) ou por qualquer outra entidade, de qualquer decisão ou ato ou a ocorrência de qualquer evento ou circunstância que possa resultar numa alteração patrimonial desfavorável relevante, não emergente do curso normal dos negócios, na situação da Sociedade Visada ou de sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (ao abrigo do artigo 21.º do Cód.VM), relativamente à situação evidenciada nos documentos de prestação de contas consolidados referentes a 31 de dezembro de

6
PB
2
P4



2013, 31 de março de 2014 e 30 de junho de 2014 ou, quando existam, relativamente ao último balanço semestral ou trimestral publicado subsequentemente a essa data; ou

- g) A divulgação de factos suscetíveis de influenciar de modo significativo a avaliação das Ações, mas até à presente data não trazidos a público.

20. A decisão de lançamento da Oferta Concorrente, baseou-se, ainda, designadamente para os efeitos do artigo 128.º do Cód.VM, no pressuposto de que, com exceção da informação constante dos documentos de prestação de contas, ou outros publicados pela Sociedade Visada, não existem nem virão a existir quaisquer disposições (com impacto significativo na situação patrimonial, económica e financeira da Sociedade Visada, vista em termos consolidados) de qualquer acordo, contrato ou outro instrumento do qual seja parte a Sociedade Visada, ou as sociedades com esta em relação de domínio ou de grupo (de acordo com o artigo 21.º do Cód.VM), nos termos das quais, como consequência do lançamento da Oferta Concorrente ou da aquisição ou proposta de aquisição pela Oferente de todas ou parte das Ações, resulte que:

- a) Se vença ou possa ser declarado imediatamente exigível qualquer empréstimo ou dívida da Sociedade Visada, ou de sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (de acordo com o artigo 21.º do Cód.VM) que não seja imediatamente exigível, ou a capacidade de alguma dessas sociedades de contrair empréstimos ou dívidas seja diminuída ou inibida;
- b) Seja permitida a criação de (ou se tornem eficazes) quaisquer direitos ou ónus em benefício de terceiros sobre todos ou parte dos negócios ou bens da Sociedade Visada ou de sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (de acordo com o artigo 21.º do Cód.VM);
- c) Cesse ou seja negativamente modificado ou afetado qualquer acordo, direito ou obrigação da Sociedade Visada, ou de sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (de acordo com o artigo 21.º do Cód.VM);
- d) Cesse ou seja substancial e negativamente modificado ou afetado o interesse ou negócio da Oferente, de sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (de acordo com o artigo 21.º do Cód.VM), ou da Sociedade Visada, ou de sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (de acordo com o artigo 21.º do Cód.VM), em ou com, respetivamente, qualquer pessoa, firma, sociedade ou órgão; ou



- e) Deixe a Sociedade Visada, ou as sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (de acordo com o artigo 21.º do Cód.VM), de poder exercer o seu negócio utilizando a sua denominação atual.
21. É ainda pressuposto da Oferta Concorrente, designadamente para os efeitos do artigo 128.º do Cód.VM, a não ocorrência de qualquer alteração substancial nos mercados financeiros nacionais e internacionais e das respetivas instituições financeiras, não assumida nos cenários oficiais divulgados pelas autoridades da Zona Euro, e que tenha um impacto substancial negativo na Oferta Concorrente, excedendo os riscos a ela inerentes.
22. Quer a Oferente, quer a Sociedade que a controla, Fosun International Limited, sociedade cotada, constituída em Hong Kong, com sede em Room 808, ICBC Tower, 3 Garden Road, Central, Hong Kong, encontram-se sujeitas às regras previstas no artigo 182.º do Cód.VM ou a regras similares.
23. Após a análise dos resultados da Oferta Concorrente, e de acordo com as condições de mercado, nomeadamente ao nível da Sociedade Visada e da liquidez das Ações após o período da Oferta Concorrente, caso a Oferente venha a atingir ou ultrapassar, diretamente ou nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do Cód.VM, (i) 90% (noventa por cento) dos direitos de voto correspondentes ao capital social da Sociedade Visada, e (ii) 90% (noventa por cento) dos direitos de voto abrangidos pela Oferta Concorrente, por efeito da Oferta Concorrente ou de outras operações legalmente permitidas e relevantes para o cálculo de tal percentagem, a Oferente reserva-se o direito de recorrer ao mecanismo da aquisição potestativa previsto no artigo 194.º do Cód.VM, o que implicará a imediata exclusão de negociação em mercado regulamentado, ficando vedada a sua readmissão por um prazo de um ano.

A Oferente, caso não exerça os direitos referidos no parágrafo anterior, não irá requerer, na sequência da Oferta Concorrente, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º do Cód. VM, a perda da qualidade de sociedade aberta da Sociedade Visada, mantendo-se nesse caso as Ações admitidas à negociação em mercado regulamentado.

Lisboa, 22 de setembro de 2014

A Oferente

O Intermediário Financeiro